

1461 Investimentos S.A.															
CNPJ nº 46.639.922/0001-44															
Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 com relatório dos auditores independentes															
Balanco Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro (Em Reais)						Demonstração do Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro (Em Reais)									
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022				
Circulante				Circulante											
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	888.467	1.000	Fornecedores	8	21.800	-	Despesas Operacionais							
Impostos a Recuperar	6	56.950	-	Empréstimos e Financiamentos	9	384.650.563	-	Gerais e Administrativas	13	(2.558.537)	-				
Partes Relacionadas	7	888.094.115	-	Obrigações Tributárias	10	5.801.782	-	Total das Despesas Operacionais		(2.558.537)	-				
Total do Ativo Circulante		889.039.532	1.000	Dividendos a Pagar		1.993.077	-	Resultado antes do Resultado Financeiro		(2.558.537)	-				
				Total do Passivo Circulante		392.467.222	-	Recargas Financeiras		51.721.850	-				
				Patrimônio Líquido				Despesas Financeiras	14	(36.484.673)	-				
				Capital Social	12 a)	490.173.485	1.000	Resultado Antes dos Tributos		12.678.640	-				
				Reserva Legal		419.595	-	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(4.286.738)	-				
				Lucros a Disposição da Assembleia		5.979.230	-	Resultado Líquido do Exercício		8.391.902	-				
				Total do Patrimônio Líquido		496.572.310	1.000	Resultado por ação:		0,03					
Total do Ativo		889.039.532	1.000	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		889.039.532	1.000	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.															
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados (Em Reais)															
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total	Demonstração dos Fluxos de Caixa encerrados em 31 de Dezembro - Método Indireto (Em Reais)									
						2023	2022								
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-			Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais							
Integralização de Capital Social	1.000	-	-	-	1.000			Resultado Antes dos Tributos							
Em 31 de dezembro de 2022	1.000	-	-	-	1.000			Ajustado por:							
Integralização de Capital Social	490.172.485	-	-	-	490.172.485			Juros sobre Empréstimos e Financiamentos							
Resultado do período	-	-	-	8.391.902	8.391.902			Atualização Monetária							
Constituição de Reserva Legal	-	419.595	-	(419.595)	-			Resultado Ajustado							
Distribuição de Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(1.993.077)	(1.993.077)			Variação nos Ativos							
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	5.979.230	(5.979.230)	-			Impostos a Recuperar							
Em 31 de dezembro de 2023	490.173.485	419.595	5.979.230	-	496.572.310			Variação nos Passivos							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.															
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)															
Nota 01 - Contexto Operacional: A Companhia 1461 INVESTIMENTOS S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida Nações Unidas nº 14261 Cond WT Morumbi andar 11 e 20 Conj ala B, Vila Gertrudes na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, inscrita no CNPJ sob nº 46.639.922/0001-44 registrada na Junta Comercial do Estado de SP sob o NIRE nº 35300593669. A Companhia foi fundada em 02 de junho de 2022 e tem como objeto social principal a realização de investimentos em direitos creditórios e a participação em outras sociedades e condomínios. Em 20 de fevereiro de 2024, foi concedida pela administração da Companhia a autorização para emissão das demonstrações contábeis.															
Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CFC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.															
Nota 03 - Resumo das Principais Práticas Contábeis - 3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes; e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não circulantes. 3.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. 3.3 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros: A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (<i>Impairment</i>). 3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. 3.5 Partes Relacionadas: Os saldos transitados com partes relacionadas são reconhecidos no momento da assinatura do contrato e efetiva transferência de valores, amortizados pelos pagamentos recebidos conforme vencimento acordado. 3.6 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. 3.7 Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. 3.8 Tributos sobre o Lucro: Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo															
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis															
de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para															
fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Maringá (PR), 20 de fevereiro de 2024.															
Fabio Eduardo Lorenzon - Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6															
Martinelli Auditores - CRC (SC) nº 001.132/O-9															
Diretores															
Patrick Magalhães Von Schaaffhausen															
Serge Toppjian															
Contador															
Gustavo Petrocelli - CRC 101274/O-4															

